



TESOURO NACIONAL

RMD

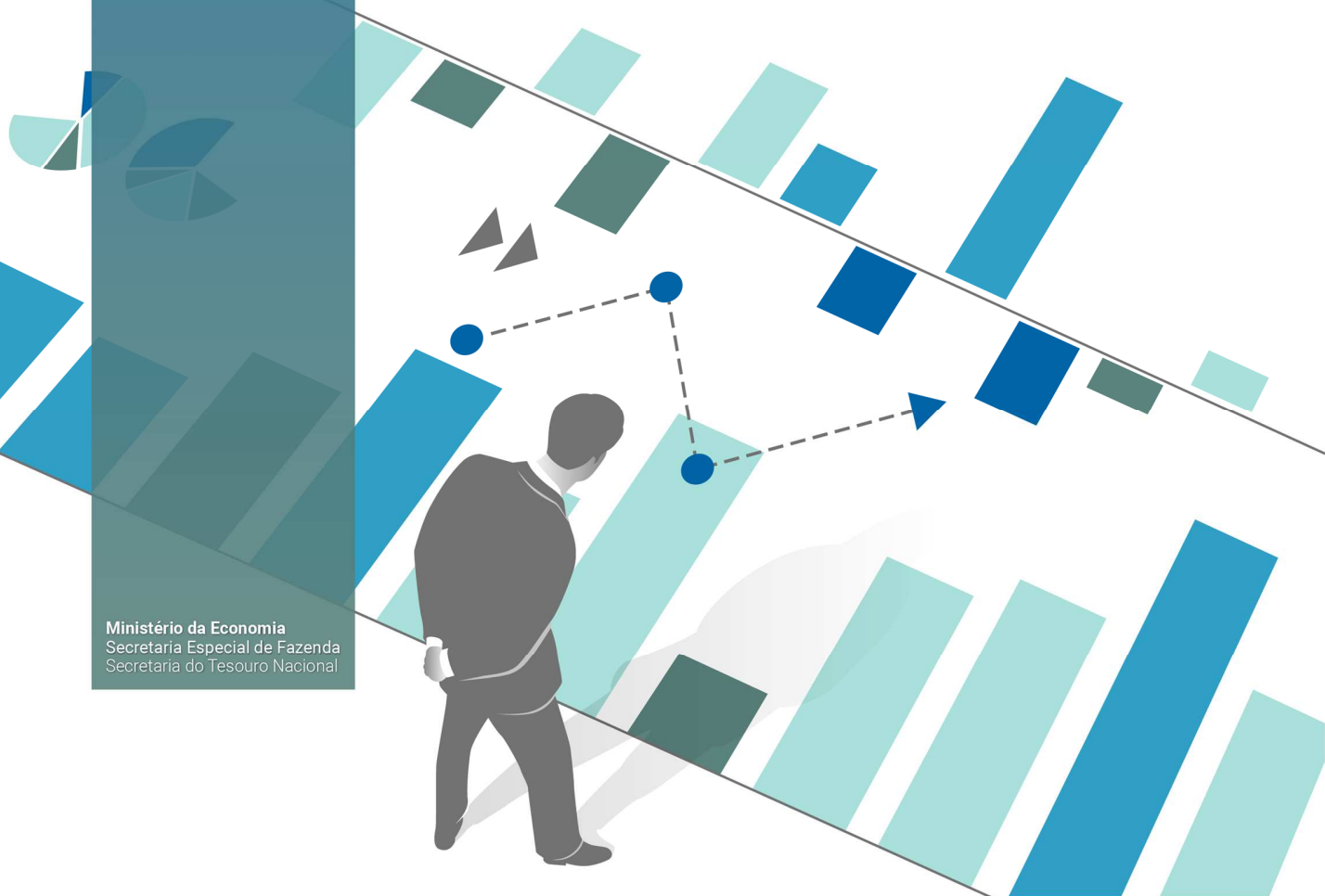
2021

Fevereiro

Relatório Mensal Dívida Pública Federal

Sumário Executivo

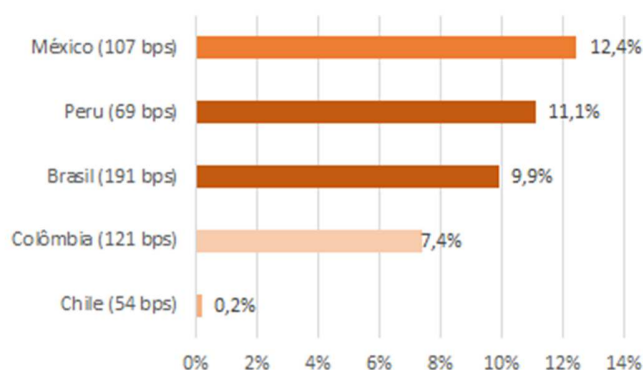
Ministério da Economia
Secretaria Especial de Fazenda
Secretaria do Tesouro Nacional



Fevereiro

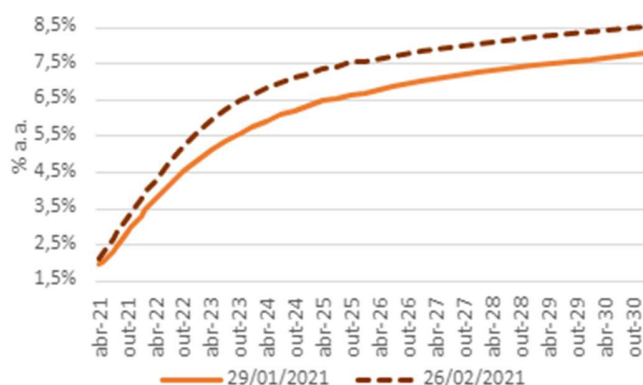
O mês de fevereiro foi marcado pela cautela com o cenário doméstico e a evolução da pandemia apesar do início da vacinação dos grupos prioritários. Internamente, as discussões em torno da PEC emergencial e do novo auxílio emergencial contribuíram para a percepção de elevação do risco fiscal. No cenário externo destaque para a alta das Treasuries em função dos riscos relacionados à inflação e ao pacote de estímulos nos EUA. Nesse contexto houve piora na percepção de risco de emergentes, o CDS¹ de 5 anos do Brasil registrou elevação de 9,9%, atingindo 191 pontos ao final do mês. No mercado de juros, a curva de contratos futuros local operou com maior volatilidade comparada ao mês anterior e apresentou elevação principalmente nos vencimentos médios e longos.

Gráfico 3 – CDS (Credit Default Swap) – Países



Fonte: Bloomberg

Gráfico 4 – Curva de Juros Futuros



Fonte: B3 e Bloomberg

O Tesouro Nacional realizou emissões, em fevereiro, acima da média dos últimos 12 meses, contribuindo para suprir a necessidade de financiamento do Governo Federal e para manter o caixa acima do limite prudencial². Nesse contexto, as emissões da DPMFi totalizaram R\$ 170,7 bilhões, enquanto os resgates foram de R\$ 65,9 bilhões, resultando em uma emissão líquida de R\$ 111,5 bilhões no mês. Nas emissões, destaque para os títulos prefixados (41,7% do total) e taxa flutuante (40,6% do total). Em relação a DPFe houve emissão de R\$ 7,3 para dívida contratual.

Em relação ao prazo das emissões, os destaques foram os títulos prefixados de 24 meses e os títulos atrelados a índice de preços de 3 e 35 anos, mostrando mudança no perfil demandando em relação aos meses anteriores. Nos

¹ O Credit Default Swap – CDS é um contrato de swap que remunera o investidor quando ocorre default da instituição especificada no contrato. Logo, o CDS está relacionado com a probabilidade de uma instituição ou país cumprir com suas obrigações.

² As análises e acompanhamentos das estatísticas de Dívida Pública Federal (DPF) divulgados pela STN referem-se à DPF em poder do público, também chamada de dívida em mercado. Ou seja, os títulos emitidos para o BCB não estão na DPF em mercado. As relações entre os conceitos da DPF podem ser sumarizadas da seguinte forma: DPF = Dívida Pública Mobiliária Federal Interna (DPMFi) + Dívida Pública Federal Externa (DPFe). A DPMFi = DMPFi (mercado) + DPMFi (BCB). A Dívida Pública Federal Externa (DPFe) = Dívida Pública Mobiliária Externa + Dívida Pública Contratual Externa. A DPF em mercado = DPMFi (em mercado) + DPFe.

leilões de prefixados foram emitidos R\$ 70,7 bilhões, enquanto nos títulos indexados à taxa flutuante foram emitidos R\$ 68,3 bilhões, incluindo R\$ 46,4 bilhões emitidos em leilões de troca. A tabela a seguir traz as taxas de juros de emissão dos principais títulos:

Tabela – Taxas Médias das Emissões da DPMFi em Leilões Tradicionais por *Benchmark* – % a.a. – Fevereiro

Data do Leilão	LTN 24 meses	LTN 48 meses	NTN-F 10 anos	NTN-B 5 anos*	NTN-B 40 anos*
ANBIMA 28/12/18	7,18%	8,37%	9,23%	4,23%	4,94%
ANBIMA 31/12/19	5,13%	6,04%	6,78%	2,25%	3,46%
ANBIMA 30/12/20	4,13%	5,35%	6,90%	1,77%	3,80%
ANBIMA 29/01/21	5,09%	6,38%	7,60%	2,60%	4,06%
02/02/21				2,58%	4,08%
04/02/21	5,07%	6,33%	7,67%		
11/02/21	5,13%	6,47%			
18/02/21	5,33%	6,71%	7,93%		
23/02/21				2,82%	4,23%
25/02/21	5,60%	7,08%			
ANBIMA 26/02/21	5,87%	7,31%	8,51%	3,12%	4,25%

*As taxas das NTN-B referem-se à rentabilidade real.

Fonte: STN

O estoque da DPF apresentou aumento de R\$ 139,2 bilhões em relação ao mês anterior, refletindo a emissão líquida de R\$ 111,5 bilhões e a apropriação positiva de juros de R\$ 27,7 bilhões. Houve aumento da participação de títulos prefixados (de 33,7% para 34,4%), enquanto os títulos atrelados a índice de preços ficaram praticamente inalterados (de 26,0% para 25,8%). Por outro lado, o grupo dos títulos indexados à Selic apresentou redução na participação no estoque da DPF, de 35,3% para 34,8%.

Com relação aos detentores, o grupo Instituições Financeiras segue apresentando aumento do estoque, mantendo-se como o detentor com maior participação no estoque da DPMFi (30,2% em Fevereiro). O segundo maior grupo são os Fundos de Investimento, com 25,1%. Em realação ao estoque, as principais variações foram Instituições Financeiras (R\$ 61,5 bilhões) e Previdência (R\$ 21,8 bilhões). Até o mês de fevereiro, o estoque de não residentes apresentou crescimento de R\$ 26,5 bilhões.

O custo médio das emissões em oferta pública da DPMFi apresentou aumento (4,73% a.a. ante 4,67% a.a. em janeiro), enquanto o custo médio do estoque da DPF acumulado em 12 meses apresentou redução em fevereiro (de 8,3% a.a. para 8,1% a.a.). Essa diminuição do custo médio do estoque é explicada pelo custo da DPFe, que decresceu de 35,0% a.a. para 29,7% a.a..

Na estrutura de vencimentos da DPF houve redução do percentual vincendo em 12 meses (de 27,1% para 25,9%), refletindo o perfil de emissões ocorridas em fevereiro. O prazo médio da DPF, entretanto, manteve-se no mesmo patamar entre janeiro e fevereiro, em 3,61 anos.

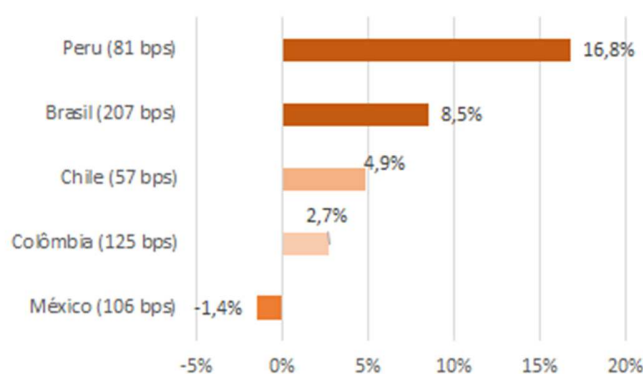
No Programa Tesouro Direto, as emissões líquidas no mês de fevereiro totalizaram R\$ 28,3 milhões, resultado de vendas de R\$ 1.813,7 milhões, recompras de R\$ 1.699,3 milhões e vencimentos de R\$ 123,4 milhões. No mês, o programa teve um aumento de 317,2 mil novos investidores cadastrados. O título mais demandado pelos investidores permanece sendo o Tesouro Selic, que respondeu por 33,5% do montante vendido.

A reserva de Liquidez da dívida pública encerrou o mês de fevereiro com R\$ 933,2 bilhões, ante R\$ 805,7 bilhões no mês anterior, refletindo principalmente o efeito da emissão líquida do mês de fevereiro. O nível atual é suficiente para 6,7 meses a frente de vencimentos e cabe destacar que os meses de março, abril e maio de 2021 concentrarão vencimentos estimados em R\$ 581,2 bilhões.

Março

Ao longo do mês de março o apetite ao risco no mercado externo esteve limitado pelas preocupações com o movimento das Treasuries nos EUA e com os impactos da pandemia em diversos países. No cenário doméstico, a curva de juros ganhou nível e perdeu inclinação, com os prazos mais curtos reagindo à política monetária e os mais longos em alta, refletindo o cenário externo mais negativo. O CDS Brasil 5-anos apresentou elevação de 8,5%, alcançando o valor de 207 pontos no dia 23 de março.

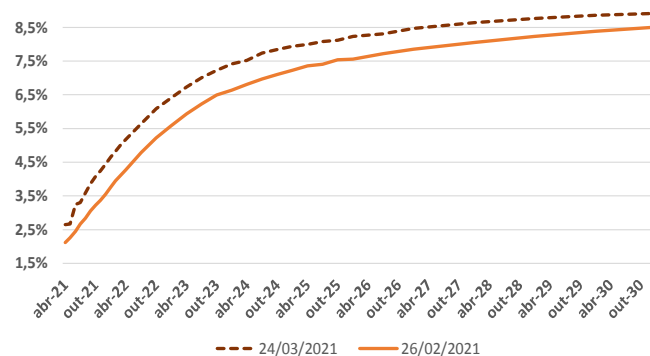
Gráfico 3 – CDS* (Credit Default Swap) – Países



*Até o dia 23/03/2021

Fonte: Bloomberg

Gráfico 4 – Curva de Juros Futuros



Fonte: B3 e Bloomberg